

Eixo Temático

3. Educação no Campo, Marxismo, Trabalho e Formação Humana

Título

EDUCAÇÃO DOS CAMPONESES ARTICULADOS NO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DE UMA FORMAÇÃO CRÍTICA

Palavras-chave

Educação; Camponeses; Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré.

Resumo

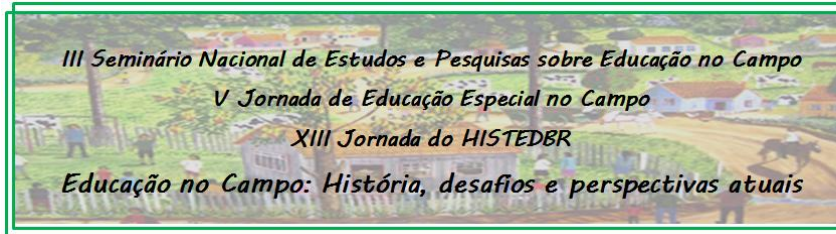
Este artigo resulta da dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo, ofertado no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no mês de março de 2015. O mesmo se propõe a apresentar os limites do curso direcionado, também, aos membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (CBHVJ), para o enfrentamento dos problemas ambientais por parte dos camponeses ali articulados. Foi possível constatar que a proposta educativa tem nexos com a educação capitalista, e, por isso, ao invés de se aproximar dos fundamentos da emancipação humana se dá no campo da regulação. Desse modo, apresenta-se os desafios para a efetivação e a necessidade urgente de uma formação crítica, no intuito de auxiliar a luta dos camponeses envolvidos no CBHVJ para o acesso à água.

Texto Completo

Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré: informações gerais

Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) consistem em fóruns “em que um grupo de pessoas se reúne para discutir sobre um interesse comum – o uso d’água na bacia” (ANA, 2011a, p. 11). Por ser um lugar em que são realizadas discussões acerca dos conflitos ambientais, por meio da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns, os CBHs têm sido também espaços de disputas, já que neles se legitimam os destinos e as formas que, teoricamente, se dão aos usos dos recursos hídricos.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



É importante ressaltar que essa tentativa de consensual algo que, muitas vezes, só beneficia um dos segmentos presentes no CBH (poder público, grandes e pequenos usuários e as organizações civis interessadas nos debates acerca da água), não passa de uma lógica que busca a camuflagem dos conflitos entre as classes ali representadas. Não por acaso, na maioria das vezes, esses benefícios vão para os grandes usuários ou para o poder público, que por portarem de melhores condições materiais e imateriais conseguem uma articulação maior junto aos outros membros.

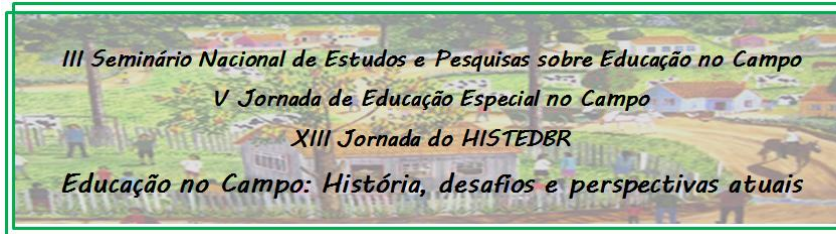
A Região de Planejamento de Gestão de Águas (RPGA) XVIII está situada no centro do Estado da Bahia, na margem direita do lago da Represa de Sobradinho, abrangendo total ou parcialmente, 29 municípios e com área total de 28.950,8 km². Esta área é cortada pelos Rios Verde e Jacaré, cujas águas escorrem no sentido geral Sul – Norte, desembocando no Lago da Represa de Sobradinho (MACIEL, 2014).

Numa região que apresenta baixo índice pluviométrico, com condições geográficas próprias do semiárido, problemas de outras ordens se agregaram, a exemplo do modelo agrícola implantado nos anos 1970, destrinchando uma degradação ambiental, marcada pelo desmatamento, erosão, compactação e contaminação dos solos, levando a um intenso processo de desertificação e assoreamento dos rios. Com estas dificuldades instauradas, diversos conflitos pelo uso da água eclodiram, fazendo com que a população se mobilizasse para a criação do Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré (CBHVJ), a qual é concretizada em 22 de março de 2006, por meio do decreto n. 9.939.

Seu regimento interno determina que ele seja composto por 27 vagas, sendo 9 para cada segmento. Poder público: federal (1); estadual (2); municipal (6). Sociedade civil organizada: instituições de pesquisa e ensino (2); organizações civis (7), sendo 5 para ONGs de caráter ambientalista/social e 2 para sindicatos e órgãos de classe. Já para os usuários são destinadas: abastecimento (1); indústria e mineração (1); pesca (1); turismo e lazer (1); irrigação (2) e agropecuária (3). Atualmente, é possível identificar 7 entidades no segmento *sociedade civil organizada* que representam interesses da classe trabalhadora.

Muitas dificuldades foram enfrentadas em relação à sua estruturação, principalmente na mobilização, participação nas reuniões, vacâncias. Mas em 2011, a

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



mudança no Sistema de Meio Ambiente da Bahia, gerou sérias implicações para a gestão das águas. Ela consistiu numa reforma nas Políticas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e também mudanças na estrutura da gestão, fundindo o Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ) com o Instituto do Meio Ambiente (IMA), gerando assim o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

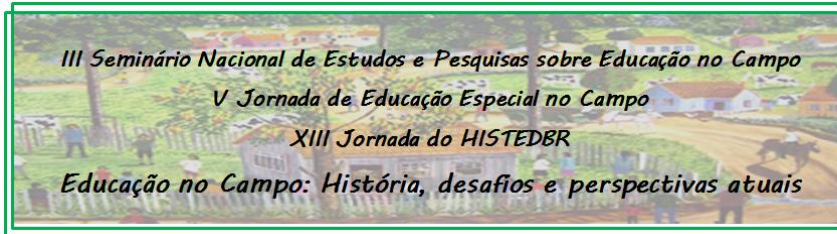
Uma ação que afetou diretamente a atuação nos Comitês de Bacias Hidrográficas foi referente ao custeio dos membros. Até 2011, aqueles que representassem organizações civis ou pequenos usuários da água tinham suas despesas ressarcidas para participação nas reuniões. Ao fazer a fusão, a nova gestão decidiu que os pequenos usuários não poderiam mais ter suas despesas custeadas, já que não é previsto pelas Políticas Nacional e Estadual de Águas, considerando, portanto, uma atitude ilegal. Contudo, o Estado deixa de considerar, com essa decisão, é que ela fere o princípio da igualdade, já que alguns dependem do seu trabalho e/ou tem condições precárias para garantir presença, necessitando sim ser custeados. Isso não é um privilégio, mas direito em condições iguais em se tratando de um processo que se diz participativo.

Por si só este fato permitiu o esvaziamento das presenças e dos debates. No caso do Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré (CBHVJ) a situação ficou ainda pior. Por não ter um Plano de Bacias em ação, algumas decisões não poderiam ser tomadas, tornando-se ilegítimas para a gestão do órgão executor da Política de Recursos Hídricos, o INEMA. Essa realidade tem gerado um mal estar na participação dos membros, conduzindo ao esvaziamento do CBHVJ. Tais ações (intencionais por parte do Estado, que tem interesse em amortecer as lutas) implicaram diretamente a construção da formação.

Limites e possibilidades à gestão pública de águas: o curso para membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré

O curso para os membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia foi organizado em duas etapas. Na primeira, realizada em outubro de 2012 na cidade de Salvador, direcionada aos membros de todos os CBHs da Bahia, foi possível a presença de muitos membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



(CBHVJ). Esta constituiu-se num Seminário com o tema “Construção de Planos de Bacia: desafios e práticas dos Comitês de Bacia Hidrográfica”.

Entretanto, a segunda etapa, que consistiu na execução dos módulos, apresentou alguns problemas que impediu a participação da maioria dos membros do CBHVJ. Dessa forma, dos 26 membros efetivos¹, apenas 52 assistiram as aulas no município de Senhor do Bonfim-BA, cidade que fica a mais de 300 km de Irecê (município este considerado estratégico para a realização dos encontros dos referidos membros).

O curso “Gestão Pública das Águas para membros de Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia”, com carga horária total 52 horas, é fruto de uma cobrança dos seus membros que, ao perceberem as fragilidades internas dos CBHs da Bahia, em 2009 começam a propor à Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) juntamente com o órgão executor da política de águas a realização de formações específicas a fim de instrumentalizá-los com conhecimentos pertinentes à gestão das águas.

O objetivo do curso desenvolvido foi:

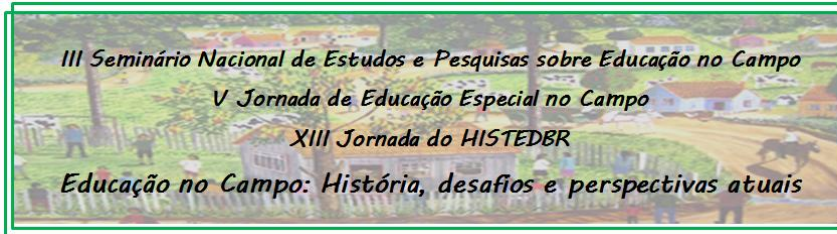
Capacitar membros de entidades colegiadas do Sistema SEMA na perspectiva de aprimorar *competências, aptidões e habilidades* em atividades relacionadas à gestão pública das águas, com vista a contribuir para o fortalecimento e a ampliação da *participação e controle social* no âmbito da política de gestão de águas (SEMA, 2013a – grifo meu).

Considerando que o fim principal da formação citada visa o aprimoramento de competências e aptidões, garantindo a participação e controle social, pode-se afirmar que ele entra em contradição com sua finalidade, uma vez que a pedagogia das competências reforça a teoria da ação individual, a lógica da capacidade de cada pessoa em resolver problemas, afastando-se dos requisitos da educação problematizadora e transformadora e da ação coletiva organizada no controle social de políticas públicas. No referido documento, em nenhum momento, se pauta a necessidade de um processo formativo que caminhe para a emancipação dos sujeitos envolvidos e, conseqüentemente, para a superação da sociedade do capital. Ao contrário disso, o foco

¹Número referente a membros titulares e suplentes.

² Esse número pode ser confirmado nas listas de presença do curso.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

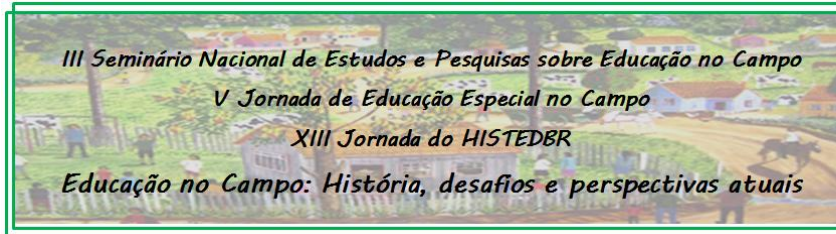


é a transferência da responsabilidade para o indivíduo, esquecendo-se, como já apontou Porto-Gonçalves (2006) que o homem explorador está contido no modo de produção do capital.

As propostas educativas desenvolvidas para membros de Comitês de Bacias Hidrográficas, para além dos limites de uma proposta pedagógica fundada nas competências, devem partir dos problemas sociais enfrentados pelos povos que produzem suas vidas diretamente pelas formas de uso da água e da terra, a exemplo dos camponeses (FRIGOTTO, 2012). Apesar de não ser uma tarefa fácil, este posicionamento é condição necessária para a concretização de um projeto ambiental que se quer contra hegemônico.

Em relação aos conteúdos do curso, eles foram divididos da seguinte forma: no módulo I contemplou-se os estudos acerca da “Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos: relevância e aplicabilidade dos Instrumentos de Gestão das Águas” (SEMA, 2013a); módulo II o foco foi a “Gestão pública das águas: descentralização e participação dos membros de Comitês de Bacias” (SEMA, 2013b) e; módulo III que levou a discussão: “Planejando o comitê; estratégias e planos de ação local” (SEMA, 2013c). Além desses três módulos os membros tiveram acesso aos materiais da Agência Nacional de Águas intitulados: *O Comitê de Bacia Hidrográfica – o que é e o que faz?* (ANA, 2011a) e *O comitê de Bacia Hidrográfica – prática e procedimento* (ANA, 2011b).

Os títulos dos módulos sinalizam quais conteúdos foram enfatizados. Eles são extremamente importantes para quem atua num comitê. Conhecer a legislação, os instrumentos que amparam à gestão de águas, bem como a descentralização e participação social, com a oportunidade de olhar para dentro do comitê traçando estratégias para a ação local, sem dúvidas é uma estratégia importante para os membros envolvidos, visto que em oito anos de criação do CBHVJ não houve oportunidade para isso, e principalmente por contar com a mediação de especialistas na área. Além do mais, estudar a legislação numa linguagem mais acessível, com certeza representa um ponto forte do curso. Outro avanço foi a metodologia utilizada, que tratou de debates densos, mas permitiu o diálogo não só com o professor, como também entre os componentes do curso.



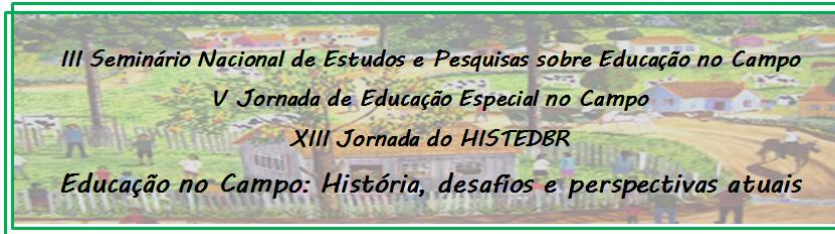
Contudo, não aparece o debate voltado a uma crítica contundente ao modo de produção capitalista, nem o debate sobre o papel de controle social desses instrumentos da gestão ambiental que foram conquistados nas lutas sociais. O que se observa é uma preocupação massiva com questões estruturais dos comitês. Com base no materialismo histórico-dialético, esse foco apresenta limites que compromete a luta ambiental de caráter popular. Uma formação, mesmo limitada em tempo e confrontada com as estratégias da gestão do Estado, deve ter maior aprofundamento nas relações superiores, dando conta da ampliação dos horizontes desses membros, inclusive mostrando que as dificuldades enfrentadas é fruto não só da má vontade dos gestores públicos, mas sim de um sistema que impõe e determina todo o modo de organização da vida, seja dos moradores do campo, seja da cidade.

Dos desafios para a efetivação de uma formação crítica para os camponeses articulados no CBHVJ

A transformação social exige organização dos sujeitos não apenas para se posicionar contra o modelo capitalista, mas para se disporem a destruí-lo. Mesmo com as conquistas que grupos, como o CBHVJ, vêm alcançando dentro da ordem capitalista, faz-se necessário assumir a tarefa de superar esse modelo social de produção através da organização em classe:

Daí se conclui que a luta a ser conduzida contra essa nova classe dominante tem como finalidade, por seu turno, a negação mais decisiva e radical das condições sociais anteriores, mais do que puderam fazer todas as classes anteriores que haviam buscado o poder. (MARX; ENGELS, 2005, p. 80)

Diante dessas constatações, defende-se aqui a necessidade de uma consistente base teórica para a materialização de uma educação crítica dentro dos comitês de bacias hidrográficas, a qual seja capaz de dar novos rumos ao enfrentamento dos problemas ambientais na região de atuação do CBHVJ. O discurso da formação realizada pela SEMA/INEMA, evita um debate questionador da verdadeira situação da água. Apesar de enfatizar o desenvolvimento de habilidades para resolver os problemas locais, ele



não deu elementos para se pensar sobre os problemas ambientais decorrentes do modelo agrícola hegemônico na região dos rios Verde e Jacaré nos últimos 50 anos.

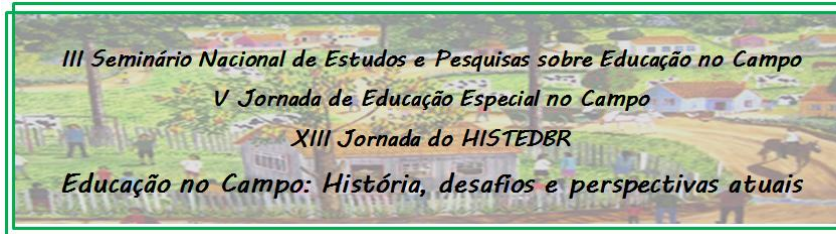
Desse modo, faz-se necessária uma formação crítica e transformadora, pois quando se trata de um espaço que envolve camponeses, os desafios são ainda maiores, haja vista que boa parte dos que participam dos Comitês de Bacias Hidrográficas não tiveram acesso à educação nas suas formas mais elaboradas, tornando-se insuficiente apenas a garantia da participação nos colegiados para a defesa de seus interesses (coletivos) acerca da água. Do jeito que vem acontecendo, elas atendem às exigências dos organismos como ONU, UNESCO, Banco Mundial e, conseqüentemente, afastam-se da ideia revolucionária defendida por muitos movimentos sociais e ambientais já nas décadas de 1960 e 1970.

[...] O que fica é a participação nos níveis da escuta do outro, do direito a se manifestar em espaços institucionalizados, mas não de decidir; se aceita o fazer parte do planejamento e da execução, mas não da concepção do que é definido como prioridade para uma localidade ou mesmo para os rumos nacionais. Quando se permite a participação nas instâncias decisórias, a desigualdade de poder se mantém (numericamente ou em termos de desigualdade de recursos e *conhecimentos necessários para se tomar decisões*), e o que se permite decidir não necessariamente atende o que as classes populares e os grupos em situação de maior vulnerabilidade ambiental reivindicam. (LOUREIRO, 2012, p. 68-69, grifo meu)

Assim sendo, a educação dos camponeses em Comitês de Bacias Hidrográficas precisa ganhar novo sentido e a associação a um projeto social que tenha como fundamento condições materiais de vida no campo justas e igualitárias é fundamental para a superação das desigualdades sociais decorrentes do modelo produtivo vigente. Essa pedagogia, para a perspectiva crítica, é a socialista, a qual é entendida enquanto uma pedagogia que tenha:

Como base e horizonte um projeto de sociedade socialista [que supere as atuais relações de produção da vida sob base na produção coletiva e a apropriação privada] e que tem como objetivo em sua práxis pedagógica na instituição escolar, ou fora dela, tratar o conhecimento **sob novas relações entre homem-natureza, homem-homem, consigo mesmo e em atividade produtiva (o trabalho)**.(CASAGRANDE, 2007, p. 131, grifo da autora)

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

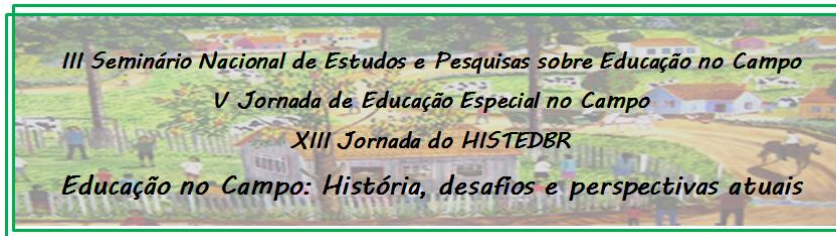


Nesse sentido, as propostas educativas desenvolvidas para membros do CBHVJ seriam mais legítimas se se comprometessem com ações transformadoras das formas com que o modo de produção capitalista trata a água. Esse enfrentamento é essencial para aqueles que se propõem a lutar pelo uso equilibrado dos bens naturais. Para tanto precisam compreender a relação homem-natureza dentro dos limites do capital e para superá-los é fundamental uma luta que se desenvolva a partir dos problemas sociais enfrentados pelos povos que produzem suas vidas diretamente com a água e a terra, a exemplo dos camponeses.

Este posicionamento é desafio para a concretização de um projeto social que se quer contra-hegemônico. Considerando a atual organização classista, o conhecimento não é acessado por todos, favorecendo poder para alguns, já que a capacidade de dominação depende, também, desse instrumento. Nesse sentido, aqueles que não têm acesso ao conhecimento, na maioria das vezes, acabam deixando se convencer nas decisões, inclusive sobre o uso das águas, por não conseguir articular sua defesa com embasamento técnico.

No caso específico da formação de membros do CBHVJ existe um desafio primordial: ajudar os sujeitos articulados ali a se posicionarem em defesa da água e do acesso igual a ela por todos os grupos sociais da bacia. Para tanto, considerando as desigualdades no acesso à educação, aos camponeses presentes nesses espaços de disputa, cabe uma orientação que ajude-os a defender uma nova relação social que substitua os modelos agrícolas baseados na monocultura, nos agrotóxicos e na exploração do trabalho humano por práticas que respeitem o ambiente e a cultura camponesa, haja vista que essas são as causas principais da degradação ambiental na região.

O momento teórico, como uma formação para os membros do CBHVJ, é fundamental, mas não se opõe à atividade prática – no seu sentido utilitário – como supõe o pragmatismo. Na perspectiva da práxis, essa separação é impossível para a transformação do mundo. Reconhecer a base social sobre as quais se desenvolvem as ações em comitês de bacias hidrográficas é fundamental para alcançar o conhecimento verdadeiro acerca do uso da água, sob as formas do agrohidronegócio, como é o caso da



região dos rios Verde e Jacaré. Só na relação da teoria com a prática é possível transformar a realidade concreta.

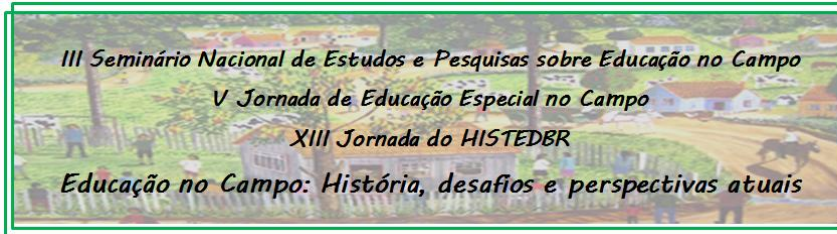
Na concepção marxista o modo como as coisas são em sua essência não se manifesta imediatamente ao homem, e para que elas o façam, é preciso, antes, um esforço do pensamento de descobrir as suas estruturas e as suas leis de funcionamento (ROLO; RAMOS, 2012), portanto uma profunda dedicação para que as coisas sejam vistas para além da aparência/superficialidade serve para ampliar e aprofundar o entendimento sobre um objeto.

[...] O conhecimento verdadeiro é útil na medida em que, com base nele, o homem pode transformar a realidade. O verdadeiro implica uma reprodução espiritual da realidade, reprodução que não é um reflexo inerte, mas sim um processo ativo que Marx definiu como ascensão do abstrato ao concreto *em e pelo* pensamento, em estreita vinculação com a prática social. O conhecimento é útil na medida em que é verdadeiro, e não é verdadeiro porque é útil, como sustenta o pragmatismo. Enquanto para o marxismo a utilidade é consequência da verdade, e não seu fundamento ou essência, para o pragmatismo a verdade fica subordinada à utilidade, entendida, por sua vez, como ação subjetiva, individual, e não como atividade material, objetiva, transformadora.

A diferença entre o marxismo e o pragmatismo no que diz respeito ao modo de conceber a verdade determina, por sua vez, seus diferentes critérios de verdade. Enquanto o primeiro procura provar o verdadeiro como reprodução espiritual da realidade, o segundo deseja provar o verdadeiro como aquilo que é útil. [...] (VÁZQUEZ, 2011, p. 244 – grifo do autor)

Uma vez que se quer crítico-transformadora, a proposta educativa que envolva sujeitos que lidam diretamente com a água para a produção da vida, a exemplo dos camponeses/as, deve ter como aliado o conhecimento da essência verdadeira das relações sociais e entender que ele por si só não transforma os usos privados da água, mas quando construído em estreita relação com a atividade prática do homem com a natureza pode ser capaz de interpretar e superar as relações ambientais.

Nesse ínterim, os sujeitos que se articulam no CBHVJ precisam ter acesso a uma educação que tenha como base a experiência desse colegiado na resolução dos conflitos pela água. É preciso um momento teórico que incida diretamente sobre a realidade em que vivem os camponeses e outros grupos sociais na sua relação com a água, e que ao

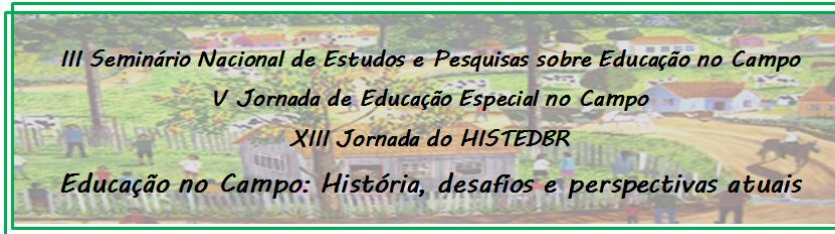


mesmo tempo parta dela para problematizar seus fundamentos. A teoria é insuficiente, mas condição necessária à práxis. Trata-se de uma “teoria fundada na prática que tende, por sua vez, a resolver – justamente por seu caráter rigoroso, científico, objetivo – as contradições que se apresentam real e efetivamente” (VÁZQUEZ, 2011, p. 257).

As trabalhadoras e os trabalhadores do campo presentes na atual gestão do CBHVJ são representantes de associações comunitárias e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR) e mesmo com ações pequenas, essas entidades se colocam em conflito com os projetos capitalistas e muitas vezes se dispõem a superar esse modelo de produção no campo, justificando assim a necessidade de orientações teóricas a partir dos problemas sociais enfrentados para continuidade das suas vidas numa relação direta com a água e a terra.

Nas duas últimas décadas, a educação de camponeses vem conquistando avanços importantes, justamente por ter nascido no seio dos movimentos de luta pela terra, agregando análises críticas acerca da propriedade privada. Mas como toda proposta concretizada no seio do capitalismo apresenta contradições, o fato da educação do campo estar sendo formulada enquanto política pública na esfera estatal, além de ter sua terminologia cooptada por setores do mercado, ela tem sido uma perspectiva contra-hegemônica ao mesmo tempo em que se encontra permeada de desafios para que se efetive com a qualidade que os camponeses merecem. Assim, a luta de classes precisa avançar a fim de sustentar as iniciativas em curso da educação do campo, dando a elas o fôlego necessário para se ampliarem e concretizarem uma formação que supere a formação alicerçada no senso comum com leituras acríticas da realidade.

A educação dos camponeses no CBHVJ, no viés da formação humana, deve estar comprometida em revelar o fenômeno da apropriação da água e da terra em sua totalidade, portanto, não pode ser feita de forma aligeirada eliminando etapas fundamentais para sua efetivação. Desse modo, aqueles que se propõem a contribuir com a formação dos sujeitos do campo é preciso algumas compreensões: a) entender as contradições profundas que passam o campo brasileiro hoje, tomar posição e ajudar aos que querem permanecer no campo, este como espaço de produção da vida - não um campo como espaço de negócio; b) deixar se educar pelos movimentos sociais do campo, extraindo lições políticas e organizativas para sua própria ação e/ou prática



educativa e; c) buscar formação política, pedagógica e técnica, no sentido de ajudar no processo de desenvolvimento das comunidades camponesas, fornecendo-lhes instrumentos que lhes permitam desenvolver atividades agrícolas que não exaure o ambiente.

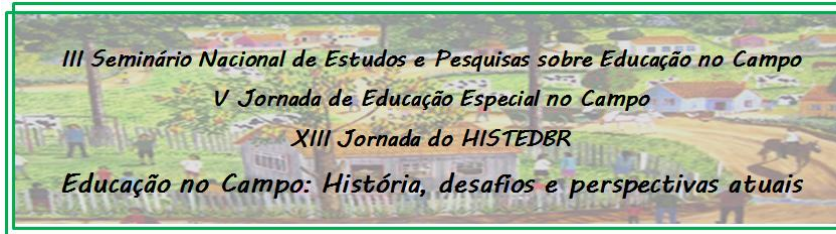
A tarefa educacional envolvendo camponeses/as deve andar lado a lado da tarefa da transformação social e emancipadora. Elas são inseparáveis. Como aponta Mészáros (2005, p. 76):

A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso.

Dados esses desafios à educação dos camponeses/as, e considerando a apropriação privada da água na bacia hidrográfica dos rios Verde e Jacaré, bem como as fragilidades enfrentadas pelos membros do CBHVJ para efetivar a gestão participativa, a perspectiva crítica é a única proposta educativa que pode contribuir para que as formas de exploração da natureza sejam desvendadas e combatidas, e outras de acesso às matérias primas sejam construídas, visto que atenda a todos e não haja desperdícios e acúmulos.

A perspectiva crítica da educação defendida aqui é fundamentada na teoria marxista, portanto é uma proposta crítico-transformadora porque questiona e nega a relação homem-natureza hegemônica, propondo a mais radical mudança societária (LOUREIRO, 2012), no sentido de superar as formas de dominação e expropriação do ambiente, ou seja, é uma educação no sentido da práxis. Conforme Saviani (2012, p.120):

[...] a filosofia da práxis tal como Gramsci chamava o marxismo, é justamente a teoria que está empenhada em articular a teoria e a prática, unificando-as na práxis. É um movimento prioritariamente prático, mas que se fundamenta teoricamente, alimenta-se da teoria para esclarecer o sentido, para dar direção à prática. Então a prática tem primado sobre a teoria, na medida em que é originante. A teoria é derivada. Isso significa que a prática é, ao mesmo tempo, fundamento,



critério de verdade e finalidade da teoria. A prática, para desenvolver-se e produzir suas conseqüências, necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada.

O conhecimento a respeito das leis da materialização do capital na região dos rios Verde e Jacaré mediante o agrohidronegócio é uma situação prioritária para ser destacada por um processo educativo que almeje contribuir com os agricultores que a todo instante denunciam o uso insustentável dos solos e da água no comitê de bacias. Pois como diz Kopnin (1972, p. 309):

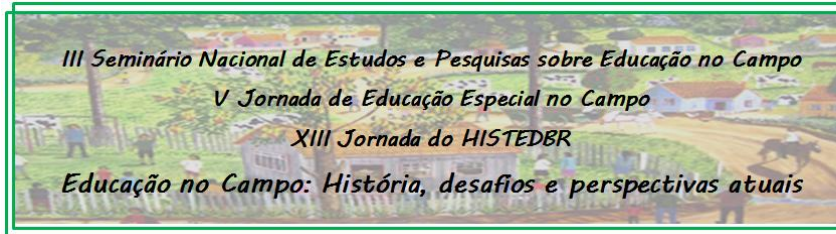
O conhecimento não existe por si, mas para a prática dos homens. Quanto mais próximo ele estiver do conhecimento científico, tanto mais rápido e plenamente se realizará na atividade dos homens; quanto mais teórico, tanto mais prático e tanto maior é a importância que tem para o domínio e a direção dos processos da natureza. Mas para a realização prática, o conhecimento deve, em sua evolução, atingir determinado grau de maturidade, ou seja, tornar-se não simplesmente teoria, mas ideia científica.

É conhecendo a essência desse modo produtivo que poderá construir outras maneiras de produção no campo, evitando tragédias naturais, que se voltam diretamente contra o ser humano, já que o ambiente não é algo externo a ele. Por esse motivo é essencial, ao proletariado o conhecimento mais profundo possível nesse momento da realidade social.

Apesar de ter a possibilidade de adiantar-se à prática, a teoria só pode propor um modelo social futuro, analisando a fundo a prática já existente, assim ao apontar as contradições, começa a influir na prática e, a depender do caminho orientado, se articular com a construção de uma nova e superior forma de sociabilidade. Essa articulação pautada na práxis é importante para a educação em Comitês de Bacias Hidrográficas, os quais são propagados como espaços públicos de participação social. Não é só garantir o direito a tal enunciado, mas construir condições para que ela se efetive de forma justa para aqueles que não tiveram acesso às condições elementares de se posicionar publicamente durante séculos.

Um dos elementos essenciais para que eles sejam públicos de fato é a garantia da condição de igualdade de participação e decisão, o que envolve, entre outras coisas, conhecimentos necessários à decisão e defesa de projetos relativos à gestão das águas.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



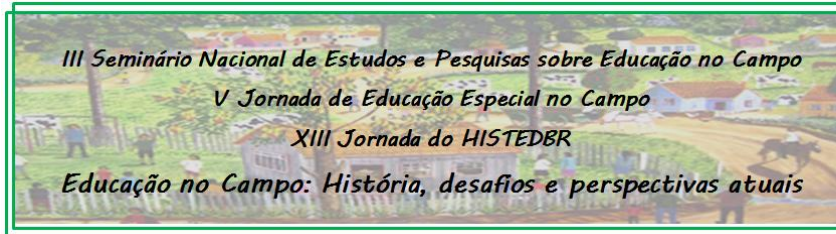
Também é importante o entendimento de que os camponeses articulados ao Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré estão inseridos num contexto social e que as atividades desenvolvidas nesses espaços implicam e são implicadas por ações de outros grupos, por isso é importante a compreensão da inseparabilidade entre teoria e prática.

Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria. Mas é preciso também fazer o movimento inverso, ou seja, pensar a teoria a partir da prática, porque se a prática é o fundamento da teoria seu critério de verdade e sua finalidade, isso significa que o desenvolvimento da teoria depende da prática. (SAVIANI, 2012, p. 91)

Considerações finais

Diferentemente da formação proposta pelo Estado, uma formação contra-hegemônica, deve oferecer aos trabalhadores do campo – envolvidos nas ações do CBHVJ – elementos possíveis à transformação da realidade concreta gerada pela apropriação privada da terra e da água nesse território. A própria composição de camponeses no colegiado supracitado, mediante organismos de classe, como os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e associações comunitárias, revelam que suas articulações anseiam a sobrevivência daqueles que presenciam dificuldades e discordam das imposições do sistema capitalista na esperança que outra forma de organização social seja construída.

No CBHVJ, as cobranças por capacitações demonstram o reconhecimento da ciência como instrumento de luta. Essa apropriação da ciência não diz respeito a um processo desconectado da realidade dos membros do CBHVJ. Assim, o conteúdo precisa estar organizado com conhecimentos que permitam uma compreensão da realidade social e ambiental em seus aspectos essenciais, isto é, trata-se de um estudo aprofundado da situação em que se encontra a água na região, bem como seus usos. Ao defender uma formação humana plena e para todos, é preciso enfatizar a necessidade de



se garantir acesso ao conhecimento como uma das condições para analisar e enfrentar os problemas ambientais na região dos rios Verde e Jacaré.

É no sentido de potencializar a ação do CBHVJ que o conhecimento deve ser difundido aos seus membros da forma mais elaborada e profunda possível, assim será possível ajudar na transformação ambiental da região dos rios Verde e Jacaré.

Referências

ANA. **O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?**- Cadernos de capacitação em recursos hídricos- v.1 - Brasília: SAG, 2011a.

_____. **O Comitê de Bacia Hidrográfica: prática e procedimento.** Cadernos de capacitação em recursos hídricos - v.2 - Brasília: SAG, 2011b.

CASAGRANDE, N. **A pedagogia socialista e a formação do educador do campo no século XXI: as contribuições da Pedagogia da Terra.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 267-274.

KOPNIN, P. V. **Fundamentos lógicos da ciência.** Tradução Paulo Asevedo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012.

MACIEL, A. **Limites impostos à gestão das águas nas bacias dos rios verde e Jacaré – centro-norte da Bahia.** Monografia de Pós-graduação. Programa de Pós-graduação em Educação e meio ambiente. UNEB -Campus XVI, 2014.

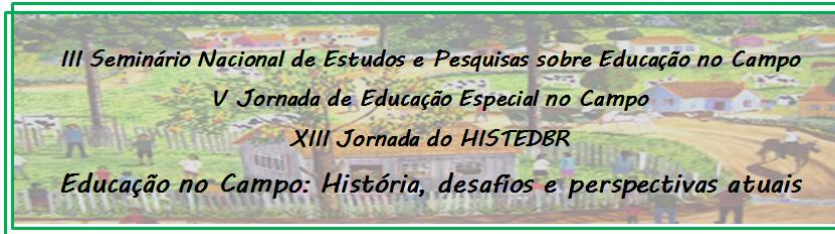
MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

MESZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2006.

ROLO, M.; RAMOS, M. Conhecimento. In: CALDART, R. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 151-159.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11ª ed. ver. 1ª reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SEMA. **Política nacional e estadual dos recursos hídricos**: relevância e aplicabilidades dos instrumentos de gestão das águas. Salvador – BA - Curso Gestão das Águas para membros de Comitês de Bacia Hidrográfica da Bahia - Módulo I, 2013a.

_____. **Gestão pública das águas**: descentralização e participação dos membros de comitês de bacias. Salvador – BA - Curso Gestão das Águas para membros de Comitês de Bacia Hidrográfica da Bahia - Módulo II, 2013b.

_____. **Planejando o comitê**: estratégias e planos de ação local. Salvador – BA - Curso Gestão das Águas para membros de Comitês de Bacia Hidrográfica da Bahia - Módulo III, 2013c.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2011.